



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
AMAPÁ

**RELATÓRIO DA PESQUISA REALIZADA JUNTO AOS ASSISTIDOS  
DURANTE O MUTIRÃO DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA DO AMAPÁ**

**COORDENADORIA DA PENITENCIÁRIA FEMININA - COPEF**



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
AMAPÁ

**CORREGEDORIA-GERAL**

**EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS**

Corregedor-Geral

**LAURO MIYASATO JUNIOR**

Defensor Público Auxiliar da Corregedoria-Geral

**IRENE ROSA DE SOUZA BEZERRA FERREIRA**

Chefe de Gabinete

**EDUARDO MAGNO GÓES SOTÃO**

Assessor Jurídico

**ANSELMO ALCEU ANTÔNIO ÁVILA RAMOS**

Assessor Jurídico

**ELOANE DA COSTA MACHADO**

Secretária Executiva

**MÁRCIA DA GRAÇA CORDEIRO MELO DOS SANTOS**

Secretária Executiva

**RICARDO BRITO DA SILVA**

Secretário Executivo



**DEFENSORIA PÚBLICA  
AMAPÁ  
EDITORIAL**

**EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS**  
Corregedor-Geral

**LAURO MIYASATO JUNIOR**  
Defensor Público Auxiliar da Corregedoria-Geral

**ELABORAÇÃO TÉCNICA**

**RICARDO BRITO DA SILVA**  
Secretário Executivo  
Mestre em Planejamento e Políticas Públicas

**APOIO OPERACIONAL**

**ELOANE DA COSTA MACHADO**  
Secretária Executiva

**ANSELMO ALCEU ANTÔNIO ÁVILA RAMOS**  
Assessor Jurídico

**ADRIANO DA SILVA SOUZA**  
Design Gráfico



## SUMÁRIO

<b>DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....</b>	<b>05</b>
<b>DADOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.....</b>	<b>06</b>
<b>1 DIAGNÓSTICO DO PÚBLICO PESQUISADO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. SAÚDE MENTAL/PSICOLÓGICA.....</b>	<b>13</b>
<b>3. ATIVIDADES INTERNAS.....</b>	<b>14</b>
<b>4. ESTADO CIVIL E RELAÇÃO FAMILIAR.....</b>	<b>18</b>
<b>5. VISITAS E RECEBIMENTO DE MATERIAI DE HIGIÊNE.....</b>	<b>23</b>
<b>6. DEMANDAS, NECESSIDADES AVALIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA DPE-AP.....</b>	<b>25</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>



## DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Segundo Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), até 2016 o Brasil possuía cerca de 726.712 (setecentos e vinte e seis mil e setecentos e doze) mulheres privadas de liberdade. No Estado do Amapá, no mesmo período, foram registradas 107 (cento e sete) mulheres nas dependências do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá - IAPEN.

O Setor de Estatística e Informação Prisional - SEIP, até outubro de 2022, registrou na Coordenadoria de Penitenciária Feminina - COPEF, um quantitativo de 75 (setenta e cinco) internas no IAPEN.

A pesquisa ora apresentada entrevistou 72 (setenta e duas) mulheres reclusas do IAPEN no intuito de basear as próximas ações da Defensoria Pública do Amapá nos mutirões para assistir este público.

A pesquisa traz um panorama com dados nacionais do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), para fundamentar e contextualizar as condições o atual cenário carcerário feminino no Brasil. Destaca-se o estado de São Paulo e Minas Gerais como aqueles com mais mulheres privadas de liberdade (INFOPEN, 2016).

Foram pesquisadas condições socioeconômicas como perfil da interna (gênero, idade, escolaridade), situação envolvendo saúde física e psicológica, se possui filhos e a respectiva quantidade, além de suas necessidades manifestadas diante dos Defensores Públicos.



## 1. DADOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

## LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, através do Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), realizou um estudo acerca dos estabelecimentos prisionais brasileiros para e da população carcerária brasileira. Segundo o relatório, esses dados buscam um alinhamento entre o DEPEN e Ministério da Justiça na transparência das informações estatísticas prisionais no Brasil.

Os dados abaixo, levantados pelo INFOPEN, apontavam que até 2016 no território nacional estavam registrados cerca de 726.712 (setecentos e vinte e seis mil e setecentos e doze) pessoas privadas de liberdade, sendo que 665.482 (seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e dois) homens (91,57%) e 42.355 (quarenta e duas mil trezentos e cinquenta e cinco) mulheres (8,42%).

O retrato do Amapá, analisando os referidos dados, era de 2.680 (duas mil seiscentos e oitenta) pessoas privadas de liberdade, onde 2.573 (duas mil quinhentos e setenta e três) homens (96,0%) e 107 (cento e sete) mulheres (4,0%), o que aponta uma alta similaridade aos dados nacionais.

Tabela 1 - Pessoas privadas de liberdade no sistema prisional e em carceragens de delegacias de 2016

UF	Pessoas privadas de liberdade em carceragens nas delegacias			Pessoas privadas de liberdade no sistema prisional			Total de pessoas privadas de liberdade		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
AC	NI	NI	NI	5.076	288	5.364	5.076	288	5.364
AL	408	10	418	6.153	386	6.539	6.561	396	6.957
AM <sup>(1)</sup>	NI	NI	1.113	8.448	1.829	10.277	8.448	1.829	11.390
AP	0	0	0	2.573	107	2.680	2.573	107	2.680
BA	2.634	112	2.746	12.056	492	12.548	14.690	604	15.294
CE <sup>(2)</sup>	NI	NI	11.865	21.465	1.236	22.701	21.465	1.236	34.566
DF	157	2	159	14.354	681	15.035	14.511	683	15.194
ES	NI	NI	NI	18.315	1.098	19.413	18.315	1.098	19.413
GO	611	34	645	15.464	808	16.272	16.075	842	16.917
MA <sup>(2)</sup>	NI	NI	1.158	7.358	319	7.677	7.358	319	8.835
MG	NI	NI	4.329	60.746	3.279	64.025	60.746	3.279	68.354
MS	562	47	609	16.614	1.465	18.079	17.176	1.512	18.688
MT	0	0	0	9.635	727	10.362	9.635	727	10.362
PA	401	0	401	13.071	740	13.811	13.472	740	14.212
PB	4	0	4	10.758	615	11.373	10.762	615	11.377
PE	NI	NI	NI	32.884	1.672	34.556	32.884	1.672	34.556
PI	NI	NI	NI	3.790	242	4.032	3.790	242	4.032
PR	9.230	596	9.826	39.219	2.655	41.874	48.449	3.251	51.700
RJ	4	0	4	47.961	2.254	50.215	47.965	2.254	50.219
RN <sup>(2)</sup>	NI	NI	113	7.920	776	8.696	7.920	776	8.809
RO	NI	NI	NI	10.111	721	10.832	10.111	721	10.832
RR	7	4	11	2.164	164	2.328	2.171	168	2.339
RS	57	2	59	31.844	1.965	33.809	31.901	1.967	33.868
SC <sup>(1)</sup>	0	0	0	19.966	1.506	21.472	19.966	1.506	21.472
SE <sup>(2)</sup>	NI	NI	297	4.793	226	5.019	4.793	226	5.316
SP	2.547	461	3.008	222.410	14.643	237.053	224.957	15.104	240.061
TO	NI	NI	NI	3.275	193	3.468	3.275	193	3.468
União	-	-	-	437	0	437	437	0	437
<b>Total</b>	<b>16.622</b>	<b>1.268</b>	<b>36.765</b>	<b>648.860</b>	<b>41.087</b>	<b>689.947</b>	<b>665.482</b>	<b>42.355</b>	<b>726.712</b>



## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016. Senasp, 2015. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

- (1) Informação sobre pessoas custodiadas em carceragens de delegacias enviada por ofício ao Departamento Penitenciário Nacional.
- (2) Informação sobre pessoas custodiadas em carceragens de delegacias: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Publicado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2015.

Uma levantamento realizado pelo Wold Prison Brief e do World Female Imprisonment List, 4º Edição, Institute for Criminal Policy Research, adaptado pelo INFOPEN, o Brasil, à época do estudo, estava em quarto lugar no ranking dos doze países com maior encarceramento prisional feminino com 42.355 mulheres privadas de liberdade, atrás de Rússia com 48.478, china com 107.131 e Estados Unidos com 211.870.

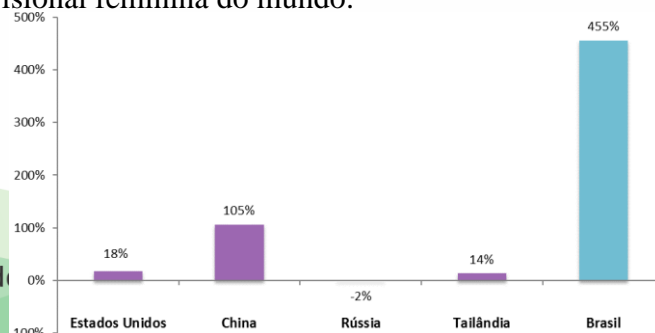
Tabela 2 - Informações prisionais dos doze países com maior população prisional feminina do mundo.

País	População prisional feminina	Taxa de aprisionamento de mulheres (100 mil/hab)
Estados Unidos	211.870	65,7
China	107.131	7,6
Rússia	48.478	33,5
Brasil	42.355	40,6
Tailândia	41.119	60,7
Índia	17.834	1,4
Filipinas	12.658	12,4
Vietnã	11.644	12,3
Indonésia	11.465	4,4
México	10.832	8,8
Mianmar	9.807	17,9
Turquia	9.708	12,1

Fonte: Wold Prison Brief e do World Female Imprisonment List, 4º Edição, Institute for Criminal Policy Research, Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho/2016. Senasp, 2015. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

Quanto a taxa de aprisionamento, que se refere ao número de mulheres presas em um grupo de 100 mil mulheres, o Brasil encontra-se posicionado na terceira posição, ficando atrás de Estados Unidos e Tailândia. Entre os anos de 2000 à 2016, observou-se que o Brasil cresceu vertiginosamente em relação aos demais países, cerca de 455% de crescimento de novas ocupações em uma espaço de 16 anos.

Gráfico 1 Variação da taxa de aprisionamento entre 2000 e 2016 nos 5 países com maior população prisional feminina do mundo:

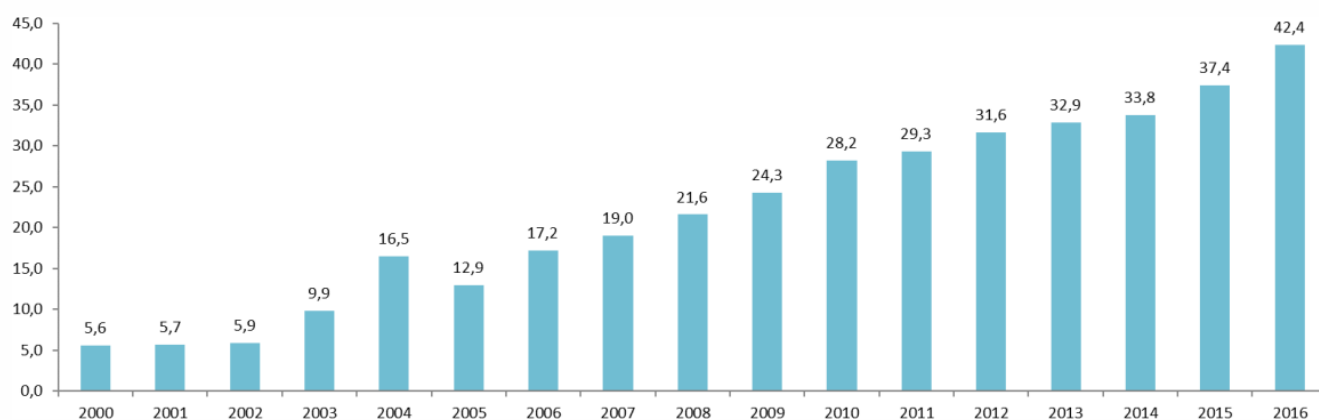




Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública / Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, 2016

O gráfico abaixo demonstra uma série histórica a partir dos dados levantados pelo INFOPEN entre 2000 à 2016, onde o primeiro ano registrado haviam 5,6 mil mulheres privadas de liberdade, em 2010 já haviam mais de 28 mil e seis anos depois rompeu a barreira de 40 mil mulheres dentro do sistema prisional.

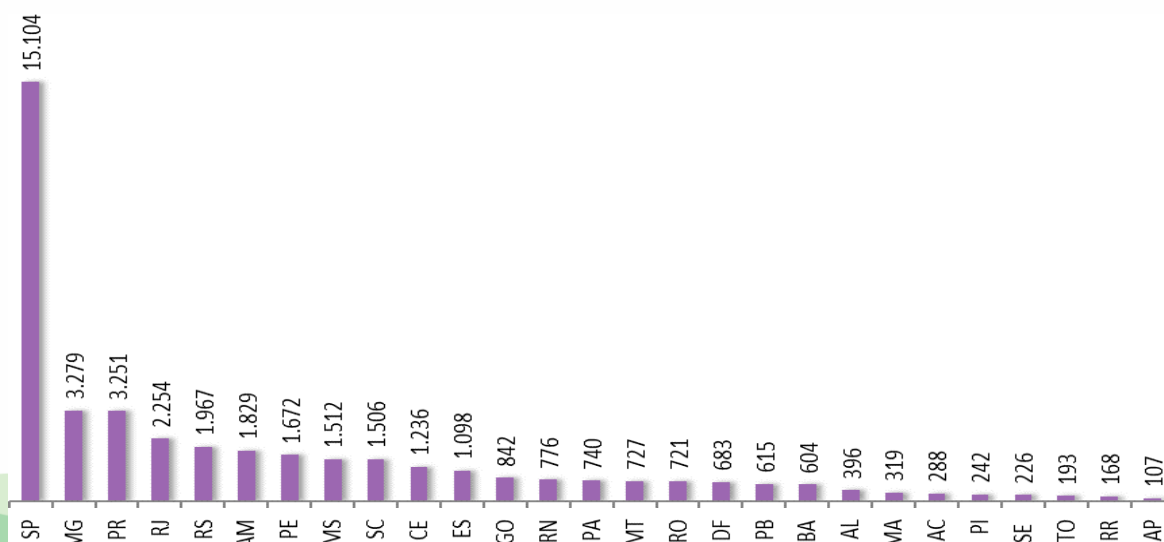
Gráfico 2 - Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) entre 2000 e 2016



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública / Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, 2016

O estado de São Paulo concentrava maioria absoluta das mulheres privadas de liberdades, cerca de 15.104, mais que a soma de Minas Gerais com 3.279, Paraná 3.251, Rio de Janeiro 2.254 e Rio Grande do Sul 1.967. O Amapá figurava em último lugar com 107 mulheres presas, atrás de Roraima com 168 e Tocantins 193.

Gráfico 3 - População prisional feminina por Unidade da Federação







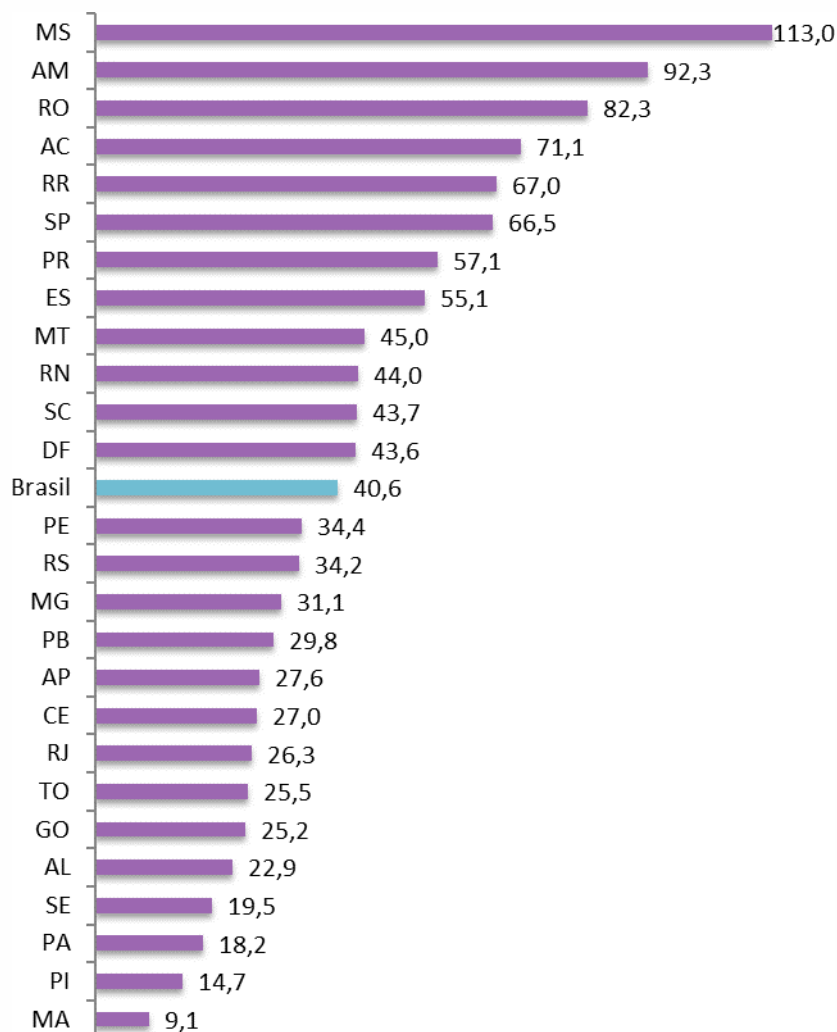
## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública / Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, 2016

Analisando o quantitativo populacional de mulheres para cada 100 mil habitantes, o Brasil possui 40,6 presas para cada 100 mil habitantes. O estado de Mato Grosso do Sul possui proporcionalmente a maior população feminina privada de liberdade, são 113 presas para cada 100 mil habitantes. O Amapá é o 17º estado brasileiro neste ranking com 27,6 mulheres privadas de liberdade para cada 100 mil habitantes.

**Gráfico 4 - Taxa de aprisionamento de mulheres por Unidade da Federação**



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública / Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, 2016

Segundo o INFOPEN (2016), 45% das mulheres privadas de liberdade no Brasil estão sem condenação, 32% já foram sentenciadas ao regime fechado, 16% sentenciadas ao regime semiaberto, 7% no regime aberto.

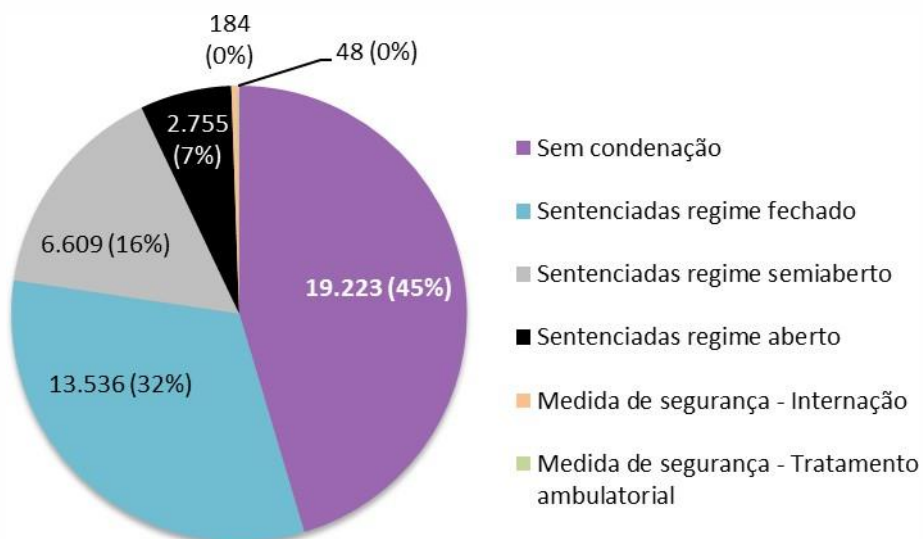


## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

Analisando as informações dos dados sobre as motivações para privação da liberdade das mulheres no Brasil, observou-se que 64,48% estavam presas por tráfico de drogas, 15,72% por roubo, homicídio 8,47%, furto 4,96%.

Gráfico 5 - Mulheres privadas de liberdade por natureza da prisão e tipo de regime

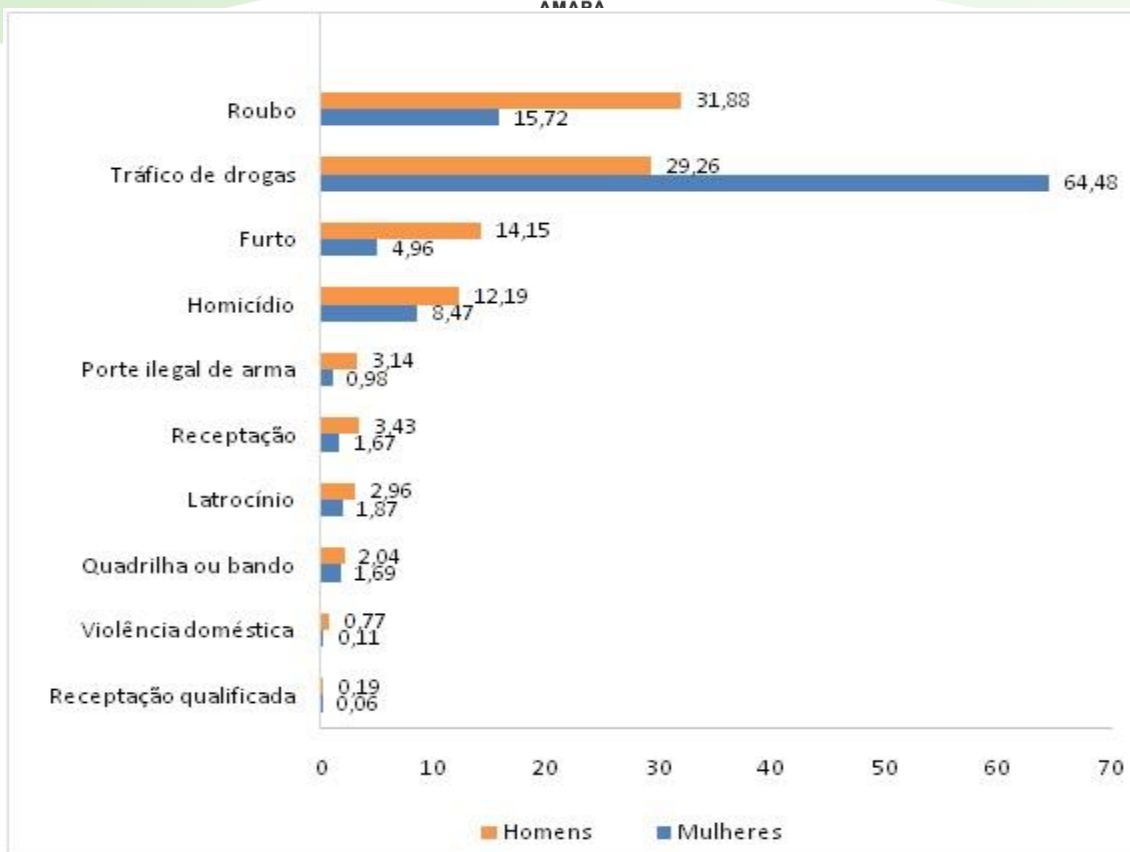


Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública / Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, 2016

Gráfico 6 - Distribuição por gênero de crimes tentados, por tipo de pena, 2017



## DEFENSORIA PÚBLICA AMAPÁ



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN

## 2. DIAGNÓSTICO DO PÚBLICO PESQUISADO

O mutirão de atendimento realizado pela Defensoria Pública do Amapá no Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá, através da Coordenaria da Penitenciária Feminina buscou levar o acesso jurídica as internas, bem como prestar as mais diversas orientações concernentes a questões de âmbito criminal, penal, cível, familiar, dentre outros.

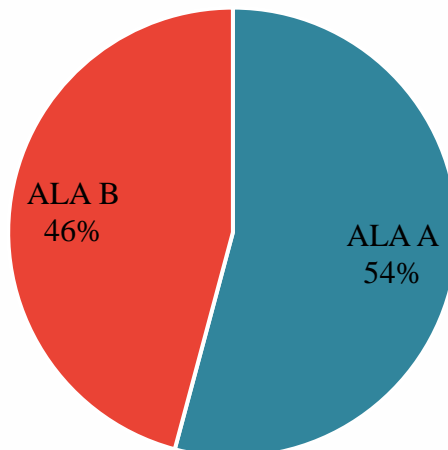
A COPEF é responsável pelo controle das internas da penitenciária feminina, englobando presos dos regimes fechado e semiaberto. Também atua no trabalho de Unidade de Vigilância e Disciplina, sendo responsável pelo material entregue pelos familiares, bem como realiza o controle de visitas aos internos (SITE DO IAPEN).

Dados do Setor de Estatística e Informação Prisional (SEINP) apontam que até outubro de 2022 havia 75 internas na COPEF. A Defensoria Pública do Estado do Amapá conseguiu atingir com atendimento 71 internas, o que representa 94,6% do total.

Durante a pesquisa se buscou identificar qual a proporção das áreas onde as internas estão dispostas, onde foi percebida que concentração está disposta na ALA A (presas provisórias, 7 alojamentos) com 54% de ocupação, enquanto na ALA B (presas sentenciadas, 6 alojamento fechado e semiaberto) foi de 46%.



Gráfico 7 - ALA

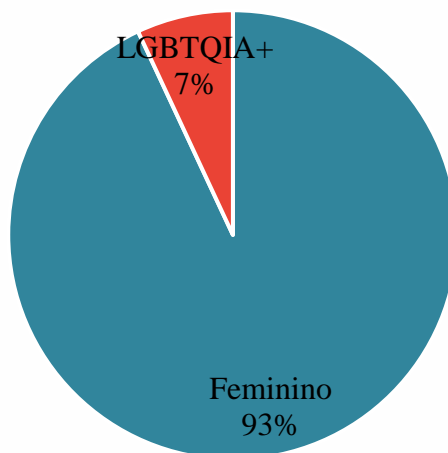


Fonte: DPE/AP, 2022

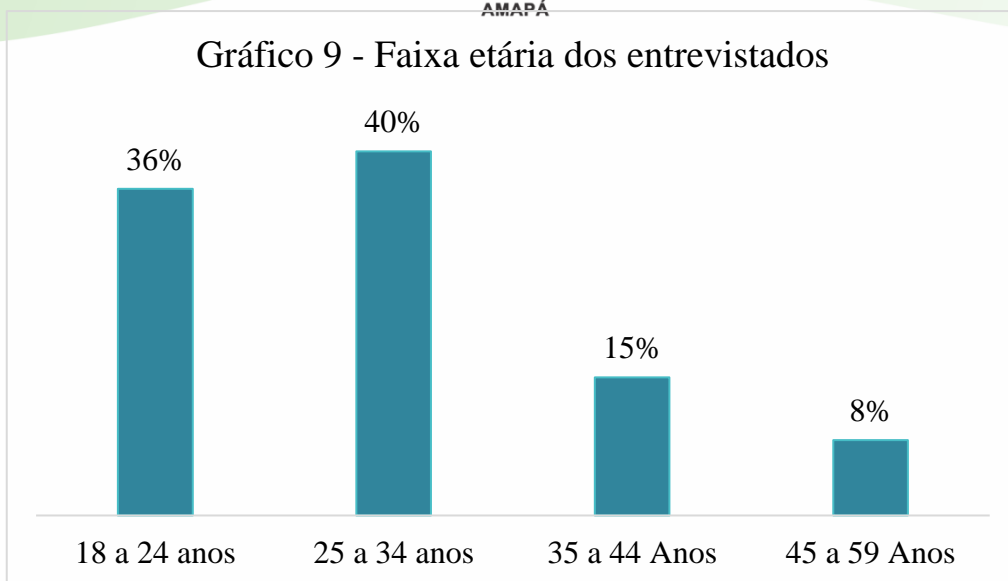
Verificado o gênero das internas, ainda que se tratando de penitenciária designada como “feminina”, observou-se que 7% se declararam como sendo LGBTQIA+, conforme observado no gráfico abaixo.

Em se tratando de faixa etária, observou nos dados colhidos durante o mutirão que 76% das internas estão em uma faixa etária jovem, entre 18 e 34 anos, e um percentual de 23% em idade de pessoas tidas como maduras, entre 34 e 59 anos.

Gráfico 8 - Gênero do entrevistado



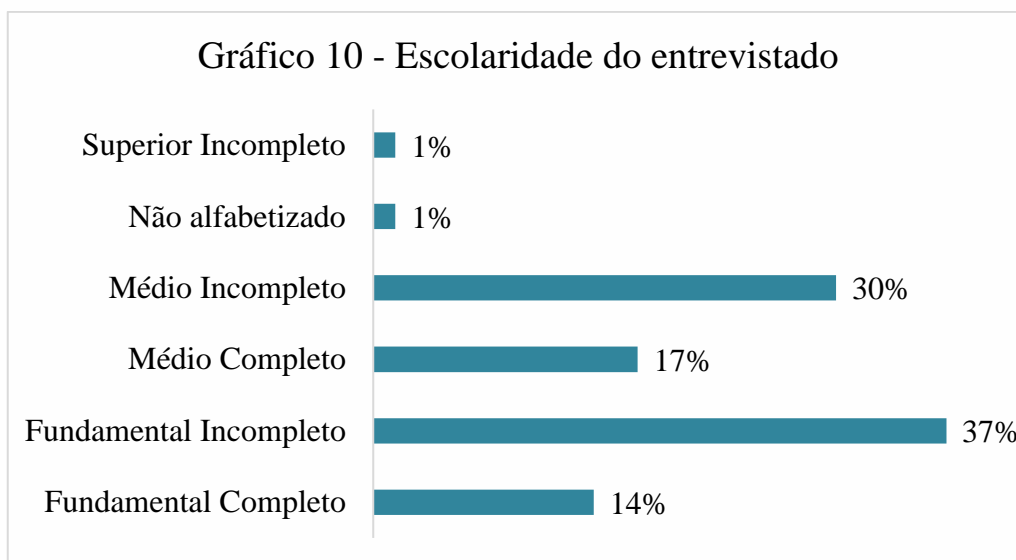
Fonte: DPE/AP, 2022



Fonte: DPE/AP, 2022

Quanto a escolaridade das internas, notou-se que 51% se declararam com ensino fundamental (incompleto 37% e completo 14%), no ensino médio 47 (incompleto 30% e 17% completo), ensino superior incompleto 1% e não alfabetizado 1%.

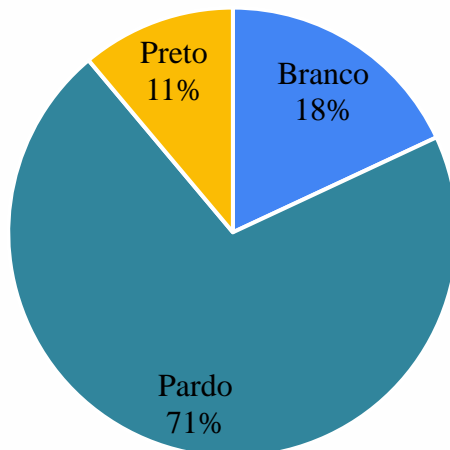
A pesquisa requereu saber das internas como se consideravam no que se refere a sua cor, onde verificou-se que 71% se consideravam pardas, 18% branca e 11% preta, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: DPE/AP, 2022



Gráfico 11 - Cor

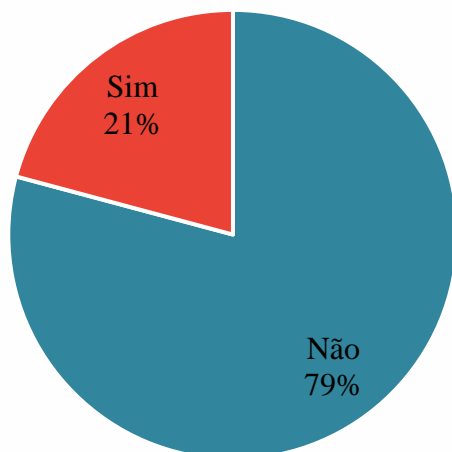


Fonte: DPE/AP, 2022

## 2. SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA

A pesquisa buscou averiguar se as assistidas possuíam alguma doença crônica, onde 79% informaram que não e 21% sim. As doenças citadas foram hipertensão, alergias, diabetes, asma, rinite, problemas psicológicos, pressão baixa, HIV e hermafrodita.

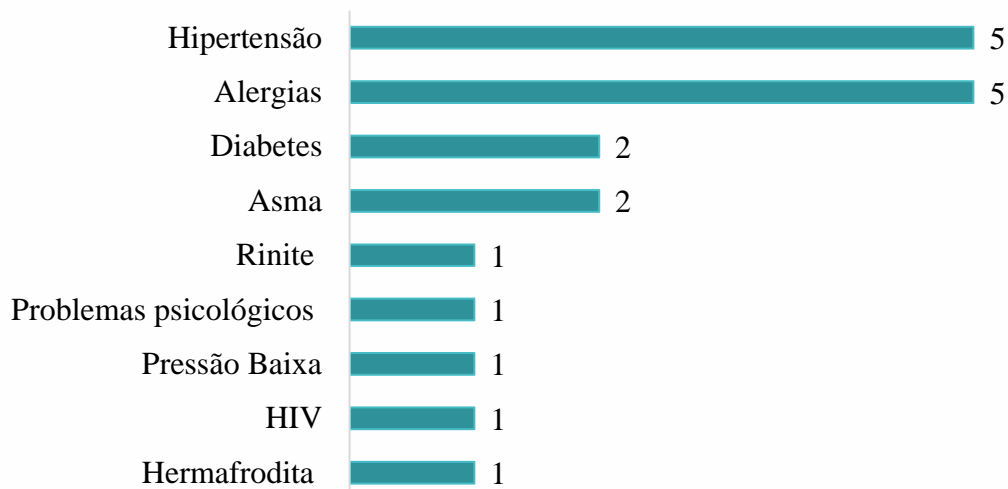
Gráfico 12 - Possui doença crônica?



Fonte: DPE/AP, 2022



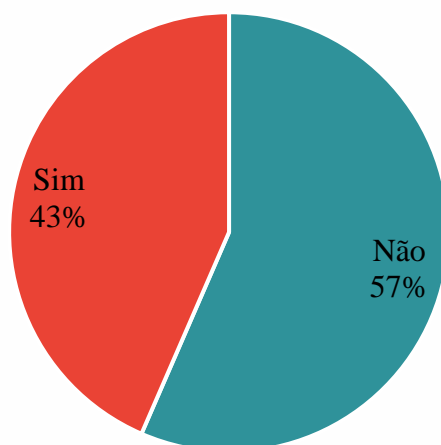
Gráfico 13 - Se sim, qual?



Fonte: DPE/AP, 2022

Os problemas psicológicos foram apontados por 43% das assistidas, sendo a ansiedade o que mais se destacou com 58% dos que disseram sim. Outros problemas como depressão (22%), insônia (14%), síndrome do pânico (2%) também foram citadas na pesquisa. Aquelas que afirmaram não possuir nenhum problema psicológico foram 57%.

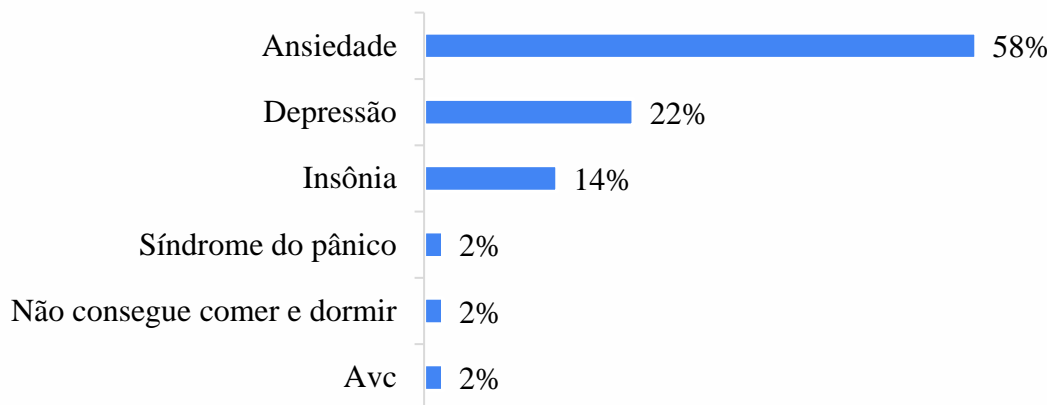
Gráfico 14 - Possui problemas psicológicos?



Fonte: DPE/AP, 2022



Gráfico 15 - Se sim, quais problemas psicológicos?



Fonte: DPE/AP, 2022

Os resultados apontaram para uma situação de necessidade de maior atenção a saúde mental das mulheres privadas de liberdade no Amapá. Percebeu-se que um percentual que tem se aproximado dos 50% dessas internas já apresentam problemas de saúde psicológica.

A Defensoria Pública, por meio desta percepção, promove os mutirões de atendimento para que as assistidas do IAPEN, fornecendo atendimento humanizado para acolhimento e consulta da situação jurídica em que se encontram.

### 3. ATIVIDADES INTERNAS

A Lei de Execução Penal, no art. 126, §1º, incisos I e II, dispõe, *in verbis*:

**Art. 126.** O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

**I** - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

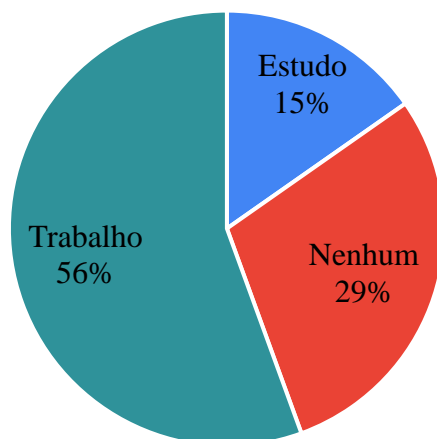
**II** - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

Analisando a atual situação do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá - Penitenciária Feminina, em relação ao trabalho e estudo das reeducandas, observou-se que o cenário apresentado nos dados foi de: 56% de mulheres que trabalham, 15% se dedicam aos estudos e 29% não possuem nenhuma ocupação atualmente, conforme demonstrado no gráfico 16.





Gráfico 16 - Ocupação interna



Fonte: DPE/AP, 2022

Foi verificado os desdobramentos das respostas das assistidas para melhor compreender a situação das que estão trabalhando, estudando ou que não possuem nenhuma atividade no momento em questão.

No questionamento sobre estudos, quando afunilado, percebeu-se que apenas uma assistida citou que faz cursos, uma informou que não havia vaga para as atividades, cinco informaram que “não”, o que pode indicar que não estão estudando, e cinco não responderam.

No quesito nenhuma, a maior justificativa citada foi por ter chegado recentemente no sistema prisional. Também foi citado o fato de não ter interesse e pessoas que não responderam a essa questão.

O trabalho, item de maior destaque, obteve diversas citações quanto ao tipo de trabalho, dentre as quais podem ser mencionados: serviços de limpeza, cozinha, entrega de refeições, serviços gerais, entrega de materiais de limpeza e afins. Os dados sobre os desdobramentos estão dispostos na tabela 3.

Tabela 3 - Desdobramento das ocupações internas.		
Ocupação interna	Se trabalho, qual?	Contagem de ocupação interna
<b>Estudo</b>		<b>11</b>
	Faz cursos	1
	Não	4
	Nao tem vaga para as atividades	1
	(em branco)	5
<b>Nenhum</b>		<b>21</b>
		1
	Chegou recente	3
	Está a um mês no IAPEN	1
	Não	3



DEFENSORIA PÚBLICA  
AMAPÁ

	Não foi chamada	1
	Não tem interesse	1
	Não trabalha	1
	(em branco)	10
<b>Trabalho</b>		<b>40</b>
	Cozinha	1
	Distribuição de alimentos	1
	Entrega refeições	1
	Entrega vassoura nas selas	1
	Esperando ser chamada	1
	Limpa a secretária e arquiva documentos	1
	Limpeza	4
	Limpeza da escola	3
	Limpeza de banheiro	1
	Limpeza do corredor	1
	Limpeza do salão	2
	Limpeza na enfermaria	1
	Limpeza na parte administrativa	1
	Limpeza na sala de oração	1
	Limpeza na sala dos agentes	1
	Limpeza no salão	1
	Responsável pelo material de limpeza	1
	Serviços de limpeza	11
	Serviços Gerais	5
<b>Total geral</b>		<b>72</b>

Fonte: DPE/AP, 2022

Para compreender os efeitos da ressocialização através do estudo e do trabalho sobre os problemas psicológicos pelas quais as assistidas estavam acometidas, se analisou o cruzamento entre esses dois indicadores da pesquisa.

Constatou-se que mesmo trabalhando, existem 17 mulheres com ansiedade, das que estudam foram 4 e não tem ocupação 8. Com depressão são 7 as mulheres que trabalham, 1 que estuda e 3 sem nenhuma ocupação. As que apresentaram insônia, 3 informaram que se ocupam com estudos, 2 trabalham e 2 não tem nenhuma ocupação, conforme abordado na tabela a abaixo.

Tabela 4 - Análise cruzada das ocupações internas com os problemas psicológicos.

Se sim, quais problemas psicológicos?	OCUPAÇÃO INTERNA			Total geral
	Estudo	Nenhum	Trabalho	
Ansiedade	4	8	17	29
AVC		1		1
Depressão	1	3	7	11
Insônia	3	2	2	7
Não consegue comer e dormir			1	1



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
AMAPÁ

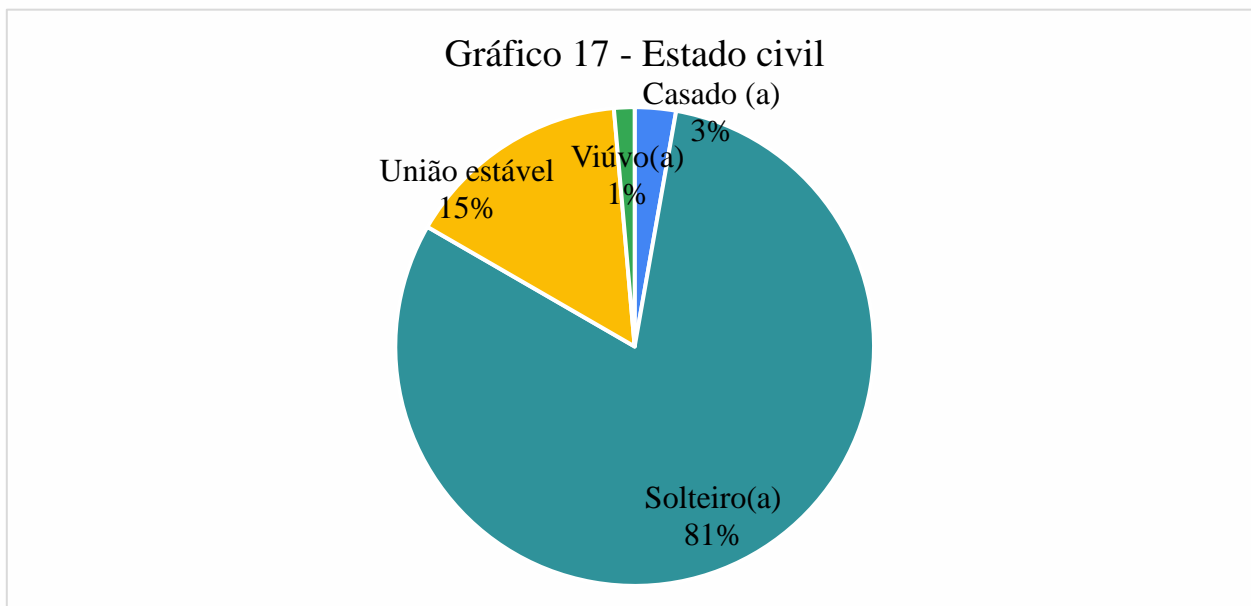
Síndrome do pânico		1		1
Total geral	8	15	27	50

Fonte: DPE/AP, 2022

#### 4. ESTADO CIVIL E RELAÇÃO FAMILIAR

Para conhecer a realidade onde as internas do IAPEN estavam inseridas, questionou-se informações sobre o estado civil, se possui filhos e mesmo a quantidade de filhos, caso existissem, se os filhos possuíam alguma doença crônica e outras perguntas relevantes ao aspecto social das mulheres.

Sobre o estado civil foi verificado que 81% se consideraram como sendo solteira, 15% em união estável, 3% casada e 1% viúva. Analisando o estado civil com as faixas etárias, o grupo onde se concentra as mulheres solteiras foi entre 18 a 24 com 32% da amostragem, 25 a 34 com 33%.



Fonte: DPE/AP, 2022

Tabela 5 - Análise cruzada entre estado civil e idade dos entrevistados

IDADE DO ENTREVISTADO					
ESTADO CIVIL	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 Anos	45 a 59 Anos	Total geral
Casado (a)	1%	0%	0%	1%	3%
Solteiro(a)	32%	33%	10%	6%	81%
União estável	3%	7%	4%	1%	15%
Viúvo(a)	0%	0%	1%	0%	1%



## DEFENSORIA PÚBLICA

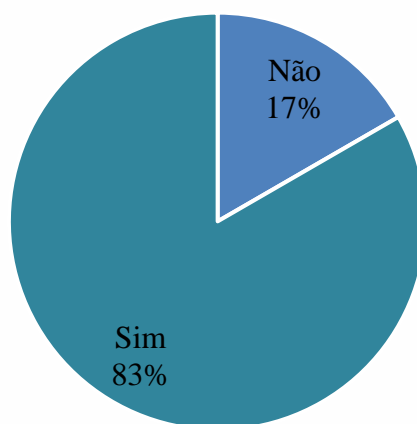
AMAPÁ

Total geral	36%	40%	15%	8%	100%
-------------	-----	-----	-----	----	------

Fonte: DPE/AP, 2022

Sobre o possuir filhos e as respectivas quantidades, as internas do IAPEN informaram, em sua maioria, que sim, ou seja, 83% das assistidas; já para 17% essa premissa se mostrou contrária até aquele momento. Quanto a quantidade de filhos, agregando-se em intervalos, de 1 a 3 filhos representou 62%, entre 4 a 5 filhos foram 28% da amostragem e entre 6 a 8 filhos um total de 10%.

Gráfico 18 - Se possui filhos



Fonte: DPE/AP, 2022

Tabela 6 - Quantidade de filhos

Possui filhos?	Se sim, quantos filhos?	Contagem de possui filhos?	
Sim	1	13	22%
	2	16	27%
	3	8	13%
	4	12	20%
	5	5	8%
	6	2	3%
	7	3	5%
	8	1	2%
	Total	60	100%

Fonte: DPE/AP, 2022

A pesquisa também buscou depreender sobre a situação em que se encontram os filhos das assistidas, no que diz respeito a deficiência ou doenças crônicas, tendo resultado de sim para 24% e não para 76%.



## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

O Código de Processo Penal expressa, em seu art. 292, parágrafo único, que:

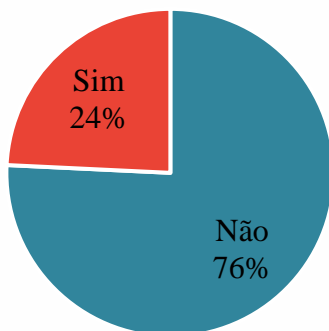
É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato. (Redação dada pela Lei nº 13.434, de 2017)

A lei penal confere a mulheres grávidas tratamento diferenciado em período em que estiverem gestantes e mesmo posterior ao parto. Atentando a estas condições, a DPE/AP verificou por meio da pesquisa que 7% das mulheres aprisionadas no IAPEN estão grávidas. Com isso, cabe empreender as assistidas as garantias legais para que possam gozar das premissas que lhes são garantidas.

Para o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, dados do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil possui até 2017, 622 grávidas ou lactantes em presídios. Desse total, 59,96% estavam grávidas e 40,03% estão amamentando. O Estado de São Paulo e Minas Gerais lideram essa estatística com 235 e 56 mulheres respectivamente. Neste período pesquisado, o Amapá não registrou mulher grávida em dependências prisionais (CNJ, 2017).

Além dos direitos que lhes são garantidos durante o período gestacional, o sistema prisional deve possuir em suas dependências espaços adequados reservados para que mulheres grávidas ou que estejam amamentando possam receber assistência médica, pediátrica, além de assistência material (roupas, cobertas, material de higiene e limpeza), e demais produtos que garantam a condição de integridade moral e física da mulher.

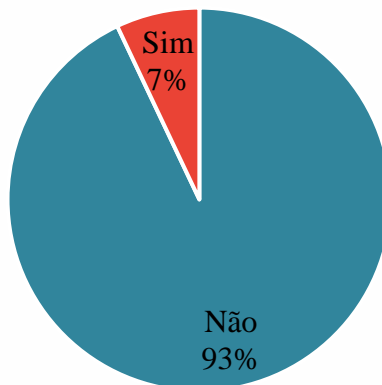
Gráfico 19 - Possui filhos com deficiência ou doenças crônicas?



Fonte: DPE/AP, 2022



Gráfico 20 - Se está gestante

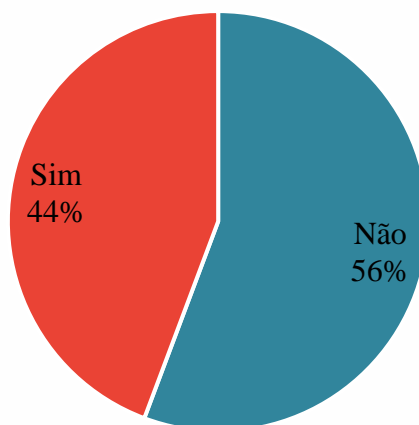


Fonte: DPE/AP, 2022

No ordenamento jurídico brasileiro, expresso na Lei de Execução Pena, o art. 41, inciso X, garante de “visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”; no presídio feminino, são 56% que não recebem visitas, em contraste com 44% que recebe. Cabe ressaltar que não foram medidas as motivações para este alto índice de não recebimento dessas visitas, ficando sugestionado ao próximo estudo conhecer e aprofundar esse indicador.

Aqueles que tem recebido visitas durante o período em que estão reclusas, expressaram que estas ocorrem de maneira mensal em 59% dos casos, quinzenal 17%, semanal 14%, bimestral 3%, semestral 3% e trimestral 3%.

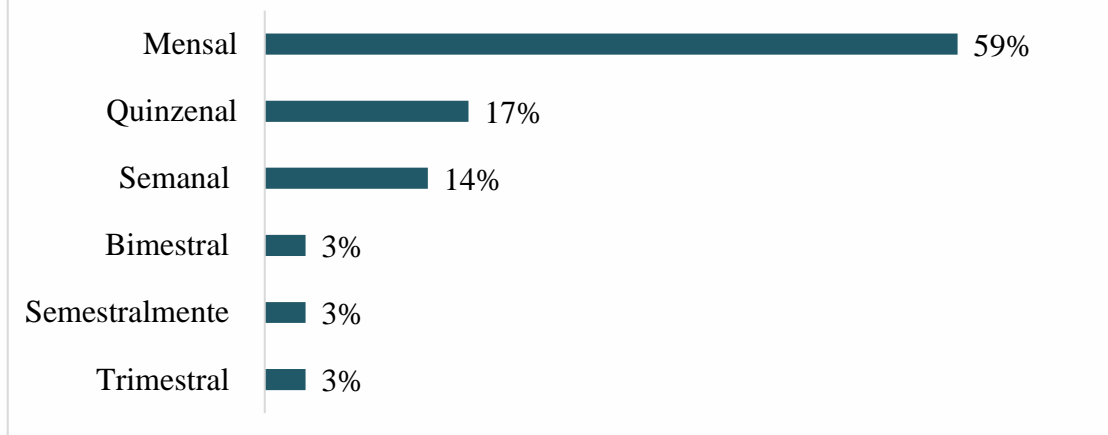
Gráfico 21 - Recebe visitas?



Fonte: DPE/AP, 2022



Gráfico 22 - Qual a frequência das visitas?



Fonte: DPE/AP, 2022

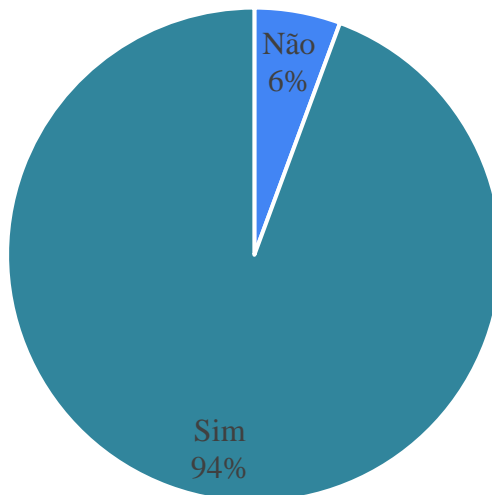
## 5. VISITAS E RECEBIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE

O art. 11, inciso I da Lei de Execução Penal (7.210/1984) estabelece, entre outros itens, que o preso deverá receber assistência material. Por este instrumento, se buscou saber se as mulheres que estão reclusas no IAPEN recebem materiais de higiene pessoal, em especial os absorventes íntimos. O resultado mostrou que 94% tem recebido esses provimentos, 6% não recebe.

A mulheres que não recebem informaram que a entrega de absorventes ocorre raramente. Já para quem informou que tem acesso aos absorventes íntimos, declarou que o mais frequente e recebê-los de forma mensal, outras ressaltaram que recebem de forma quinzenal e uma assistida relatou que recebe raramente.



Gráfico 23 - Possui acesso a absorventes íntimos?



Fonte: DPE/AP, 2022

Tabela 7 - Análise do acesso a absorventes íntimos pela frequência de recebimento

Possui acesso a absorventes íntimos?	Qual a frequência que recebe os absorventes íntimos?	Contagem de Possui acesso a absorventes íntimos?
Não		4
	Raramente	1
	Não respondeu	3
Sim		67
	Bimensal	1
	Mensal	58
	Quinzenal	6
	Raramente	1
	Não respondeu	1
Total geral		71

Fonte: DPE/AP, 2022

O papel da Defensoria Pública transpassa as fronteiras de suas dependências estruturais das suas sedes localizadas na Capital Macapá, bem como de seus núcleos regionais nos municípios do interior do Estado. Além da reestruturação no seu parque tecnológico, frota de veículos e inauguração de novas sedes, a carreta de atendimento proporciona atendimento em diversos bairros, seja em Macapá, a exemplo do Macapaba, Fazendinha, Marabaixo, e nos interiores como Laranjal do Jari, Amapá, Tartarugalzinho, Porto Grande, dentre outros.





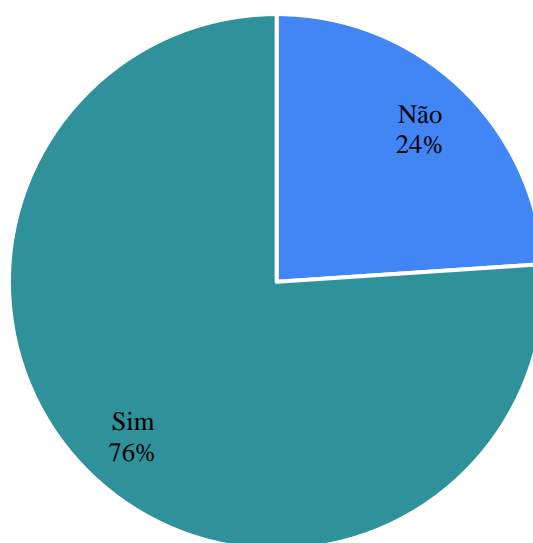
## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

O mutirão dentro das dependências do IAPEN, tanto masculino quanto feminino, é promovido para alcançar as necessidades das reeducandas que não possuem condições de terem seu processo acompanhado, ou mesmo desejam saber do andamento de sua situação no âmbito jurídico.

Com isso, foi questionado às mulheres que estão cumprindo sua pena, seja provisoriamente ou já em cumprimento de sentença, se possuem livre acesso a Defensoria Pública, onde o resultado foi que 76% sim, tem garantido esse direito, e 24% não possuem.

Gráfico 22 - Tem livre acesso a Defensoria?



Fonte: DPE/AP, 2022

Tabela 8 - Motivos pelas quais não tem acesso livre a Defensoria

Tem livre acesso a Defensoria?	Se não, por quê?	Contagem de Tem livre acesso a Defensoria?
		17
Não	A demanda é grande	1
	A espera do atendimento é muito longa.	1
	Advogado particular	3
	Alega que "só é atendida quando a defensora quer".	1
	Atendimento demorado	1
	Burocracia	1
	Declara que solicita atendimento,	1



## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

mas passam meses para o atendimento	
Demora para atendimento	1
Não havia necessitado de atendimento.	1
Não soube explicar	1
O atendimento demora para acontecer	1
Por conta da fila de espera	1
Possui advogado particular	1
Pouca vagas para atendimento	1
Tem advogado	1

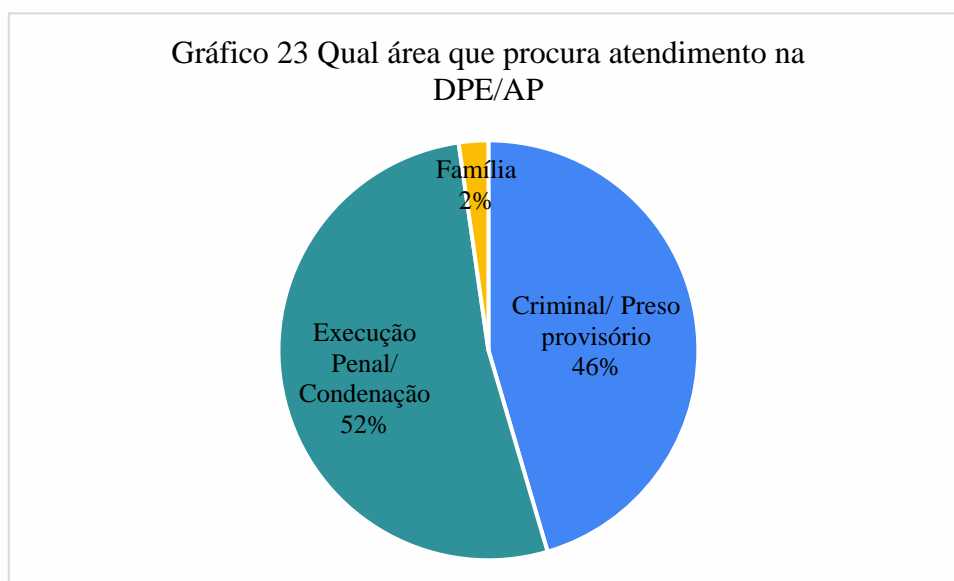
Fonte: DPE/AP, 2022

Ainda no intuito de saber as motivações de não acesso aos serviços da Defensoria Pública, as justificativas foram desde a demanda ser grande, a longa espera pelo atendimento, possuir advogado particular, a burocracia, poucas vagas para atendimento e uma assistida informou que “só é atendida quando a defensora quer”.

## 6. DEMANDAS, NECESSIDADES E AVALIAÇÃO DOS DEFENDORES PÚBLICOS

### Demandas e necessidades

Por se tratar de um público que estava em condições de privação da liberdade, os serviços buscados pelas assistidas do IAPEN feminino foi direcionado à Execução Penal/Condenação com 52%, criminal/preso provisório 46% e 2% que buscou serviços de voltadas a área da família.



Fonte: DPE/AP, 2022

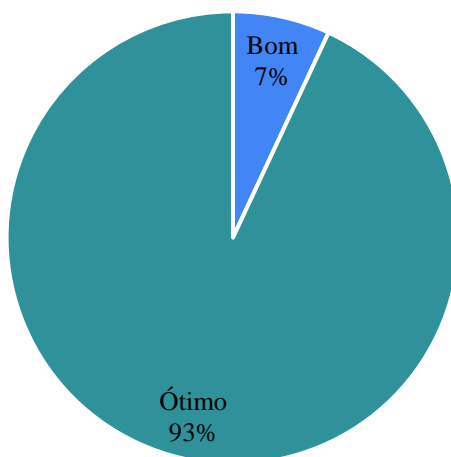


## Avaliação da Defensoria Pública

Nesta etapa da pesquisa, o objetivo foi perceber como a atuação da Defensoria é vista aos olhos das internas do IAPEN. Quando perguntada qual era a avaliação que faziam da atuação, quando somados bom e ótimo o percentual obtido foi de 100%, sendo 96% ótimo e 7% bom.

O tempo para atendimento obteve avaliação significativa, sendo 82% ótimo e 17% bom. Apenas 1% informou que o atendimento estava regular. Para que se extraísse uma visão de como as assistidas avaliavam o mutirão de atendimento da Defensoria Pública, foi

Gráfico 24 - Como avalia a atuação da DPE no mutirão?

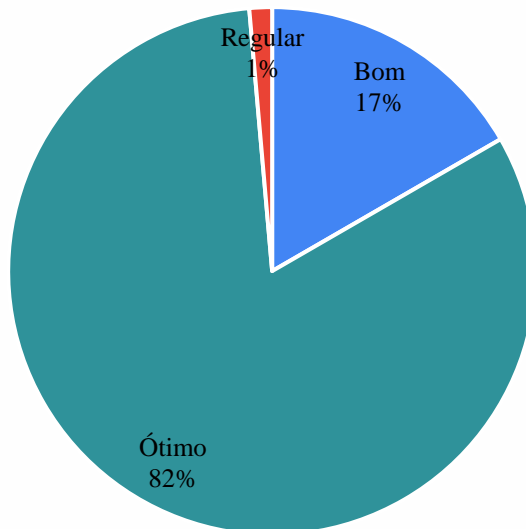


Fonte: DPE/AP, 2022



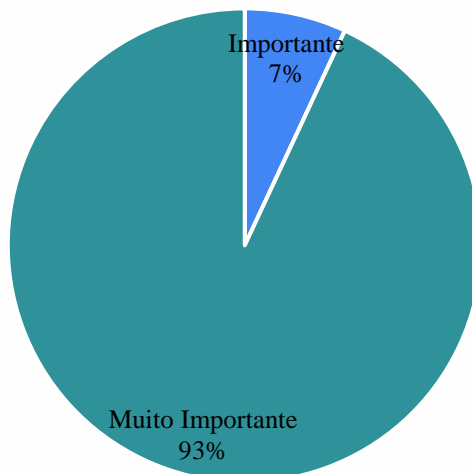
**DEFENSORIA PÚBLICA**  
AMAPÁ

Gráfico 25 - Como avalia o tempo de atendimento na ação da DPE?



Fonte: DPE/AP, 2022

Gráfico 26 - Qual a importância que você atribui ao mutirão da Defensoria Pública do Amapá?



Fonte: DPE/AP, 2022

Ser reconhecida como instituição de referência na defesa e promoção dos direitos individuais e coletivos, com efetiva atuação em todo Estado é a missão da Defensoria Pública do Estado do Amapá. Atuar de maneira itinerante, levando o acesso à justiça integral e gratuita aos vulnerabilizados compõe o arcabouço de sua missão institucional. Quando perguntado sobre a importância da DPE/AP para as mulheres



## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

assistidas do IAPEN, percebeu-se que o grau de importância foi de 100%, sendo muito importante 93% e importante 7%.

Foi perguntado, ainda, o que poderia ser melhorado nos próximos mutirões de atendimento da DPE/AP, que trouxe respostas comuns em outros mutirões, a frequência em que são realizados. Gostariam que fossem realizados de maneira mais frequente nas dependências do IAPEN feminino. Ressalta-se que este é o segundo mutirão realizado neste ano nas dependências do IAPEN feminino, o que aumenta a possibilidade as assistidas acompanharem sua situação jurídica de forma mais frequente.

### Tabela 9 - O que acha que poderia ser feito para melhorar o atendimento da DPE durante a ação?

Deveria ter ação com mais frequência

Gostaria que tivesse mais mutirão de atendimento

Local mais reservado com menos barulho

Mais mutirão.

Mutirão com mais frequência.

Não soube responder

Ter ação com mais frequência

Total geral

Fonte: DPE/AP, 2022

Após o atendimento, foi verificado qual a providência tomada após os atendimentos realizados no mutirão. A tabela abaixo apresenta as mais diversas providencias tomadas após atenderem o público que lhes fora direcionado.

### Tabela 10 - Qual a providência tomada após o atendimento?

A reeducanda possui adv. Particular

Análise processo

Análise processual

Atualização de relatório

Buscar contato com familiares

Consulta processual

Consulta processual proc 30998/22 e 30823/22

Consulta processual aos autos que tramitam na comarca de Mazagão

Consulta processual e orientação jurídica

Consulta processual proc. 30391/22 e 30317/22

Consulta processual. Diligência a ser cumprida pelo convênio.

Contactar família

Correção do sexo no processo e consulta processual

Defensor Leonardo irá acompanhar em audiência dia 10.08.22

Encaminhada a tarde para o Dr. Guilherme e para setor médico



## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

Entrar em contato com a mãe da reeducanda para solicitar a guarda dos filho
Execução de alimentos e orientação criminal
Habilitação em Inventário/processo criminal em segredo de justiça.
Informação processual
Inventário. Orientação
Justifica para colher depoimento de testemunha
Orientação jurídica
Orientação jurídica (advogado particular)
Orientação jurídica e análise processual
Orientação jurídica e atendimento médico
Orientação jurídica e habeas corpus
Orientação jurídica para semiaberto harmonizado
Orientação jurídica sobre registro do filho e guarda.
Orientação jurídica vep e criminal e pedido de guarda e
Orientação jurídica, reconhecimento de paternidade e renuncia do adv particular
Orientação jurídica, remição e inclusão no projeto da prefeitura
Orientação jurídica.
Orientação processual
Orientação processual sobre prisão domiciliar e remição
Orientação sobre pads
Orientações Processuais
Pedido de habilitação nos autos do processo n° 0002495-52.2022.8.03.0001 - 2 vara criminal
Pedido de liberdade
Pedido de liberdade domiciliar
Pedido de prisão domiciliar
Pedido de remição
Pedido de remição de pena + superfácil
Pedido de remição e orientação jurídica
Pedido de remição e progressão/ orientação jurídica sobre alvará judicial.
Pedido de Revogação de prisão por excesso de prazo.
Pedido dr remição e outras orientações jurídicas
Pedido e remição e encaminhamento para criminal
Pedido para liberdade provisória
Possui advogado particular e recebeu orientação jurídica
Possui advogado.
Reforço para pedido de liberdade (orientação jurídica)
Registro civil.
Retificação de cálculo para levantamento de progressão
Revogação de mandado
Solicita atendimento com o defensor de Pedra Branca ap
Solicita prisão domiciliar
Solicita remição de pena
(em branco)
<b>Total geral</b>

Fonte: DPE/AP, 2022



## CONCLUSÃO

A 2ª edição do mutirão de atendimento da DPE/AP em 2022 atendeu 72 mulheres reclusas no Instituto Penitenciário do Amapá, ofertando consulta jurídica.

O gênero apresentado demonstrou 93% para feminino e LGBTQIA+ obteve 7% de citação. A idade mais frequente esteve entre 18 e 34 anos com 76%. Quanto a escolaridade, 51% são de nível fundamental e 47% ensino médio. Quanto a cor declarada por parte das mulheres o observado foi 71% parda, 18% branca e 11% preta.

Questões envolvendo a saúde mostraram que 21% possuíam algum tipo de problema relacionado a hipertensão, alergias, diabetes, asma, rinite, pressão baixa entre outras doenças. Já problemas psicológicos tiveram índice de 43% para problemas tais como ansiedade, depressão, insônia, síndrome do pânico, AVC etc.

As ocupações internas, meio pela qual é possível uma remição da pena, obteve como resultado o trabalho com 56% e os estudos 15%. A pesquisa ressaltou ainda que 29% não exercem atividade laboral.

Com uma população carcerária feminina tida como jovem, uma relação entre as idades e estado civil demonstrou uma correlação direta entre esses dois denominadores. A concentração esteve precisamente entre 18 e 24 anos, que representou 65% das mulheres que se declararam solteiras.

Sobre possuir filhos, 83% informaram sim, sendo que o intervalo entre quem possui de 1 a 2 filhos resultou em 49% e 3 a 4 filhos foi de 33%. Esses filhos, em 24% dos casos, possuem alguma deficiência ou doença crônica apresentada. Identificou-se, ainda, que 7% das mulheres privadas de liberdade estão grávidas.

O recebimento de visitas foi apontado por 44% dessas assistidas contra 56% que não recebem. Essas visitas são, em sua maioria, realizadas de maneira mensal com 59%.

A assistência com material de higiene foi percebida por 94% do público pesquisado, que indicou o recebimento de forma mensal.

Quando verificado se existe livre acesso a Defensoria, o percentual de 76% sim e 24% não. As que disseram não alegaram que existe uma demora por parte de defensores, o fato de já possuir advogado particular, a fila para ser atendido após a solicitação, entre outros.

No que tange as demandas direcionadas aos Defensores Públicos, a área de execução obteve 52% de solicitações, 46% para o âmbito criminal e 2% para a área da família.

A Defensoria no mutirão do IAPEN teve 93% de avaliação ótima e 7% de boa. O tempo de atendimento obteve resultado de 82% ótimo, 17% bom e 1% regular. E a



## DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

atuação da DPE/AP por intermédio dos mutirões foi vista como muito importante para 93% e importante para 7%.

Como sugestão de melhoria para os próximos mutirões, foi mencionada que houvesse mais frequência neste tipo de ação e um local mais reservado para atender os anseios das assistidas.

Nesta segunda edição do Mutirão realizado no IAPEN feminino, um total de 72 mulheres foram atendidas, ou seja, quase que a integralidade das mulheres privadas de liberdade que, conforme o SEINP, até outubro de 2022 eram 75 mulheres, mostrando a efetividade das ações da DPE/AP em conseguir amplo alcance de atendimento, resultando em um impacto social de extrema relevância para o estado do Amapá.

Macapá-AP, 07 de dezembro de 2022.

**EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS**  
Corregedor-Geral





## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em 25 Nov. 2022.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941. **Código de Processo Penal.** Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 28 Nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Brasil tem 622 grávidas ou lactantes em presídios.** Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário. Disponível em: <http://gmf.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5265985/5278180>. Acesso em 25 Nov. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Inforpen Mulheres, 2ª edição.** Departamento Penitenciário Nacional. 79 fls. Brasília, 2018.

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO AMAPÁ. **Relatório Estatístico do Mês de Outubro de 2022.** Setor de Estatística e Informação Prisional. Disponível em: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/e/2PACX-1vRwjtBNa-ZDbTnkOfcrG5U55iAqFmhDNF08TNLVvfIF0ojnQVYtvfzUnYmIeC8W0Svp3bL\\_tLZ\\_QXT3/pubhtml](https://docs.google.com/spreadsheets/d/e/2PACX-1vRwjtBNa-ZDbTnkOfcrG5U55iAqFmhDNF08TNLVvfIF0ojnQVYtvfzUnYmIeC8W0Svp3bL_tLZ_QXT3/pubhtml). Acesso em 25 Nov. 2022.